

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL 41

1.1 Conceito 41

1.2 História (Fases) do Direito Processual Civil 44

1.2.1 1ª Fase: Sincretismo/Civilismo/ Imanentismo/Praxismo 44

1.2.2 2ª fase: Processualismo/Autonomis- mo/Fase Científica 44

1.2.3 3ª fase: Instrumentalismo/Teleológi- ca/Fase do Acesso à Justiça 44

1.2.4 4ª Fase: Neoprocessualismo 47

1.3 Neoconstitucionalismo e Processo Civil 47

1.3.1 O que é o Neoconstitucionalismo? 47

1.3.2 Nove Repercussões do Neoconstitu- cionalismo no Processo Civil 51

1.3.2.1 Transformações na teoria das fontes do direito 52

1.3.2.1.1 Surgimento da teoria dos princípios 52

1.3.2.1.2 Percepção de que a jurisprudência é fonte do direito 54

1.3.2.1.3 Alteração na técnica legislativa 54

1.3.2.2 Transformações na hermenêuti- ca jurídica 55

1.3.2.2.1 Distinção entre texto e norma 55

1.3.2.2.2 Toda atividade interpretati- va é criativa 55

1.3.2.2.3 Surgimento das máximas da proporcionalidade e da razoabilidade 55

1.3.2.3 Relação entre processo e direi- to constitucional 55

1.3.2.3.1 Reconhecimento da força normativa da Constituição 56

1.3.2.3.2 Aperfeiçoamento da teoria dos direitos fundamentais 56

1.3.2.3.3 Expansão da jurisdição constitucional 57

1.4 Fontes 61

1.4.1 Conceito 61

1.4.2 Classificação 61

1.4.3 Competência para criação do Direito Processual Civil 65

1.4.4 Medida Provisória no Direito Pro- cessual Civil 66

1.4.5 As 10 + 1 Fontes do Direito Proces- sual Civil 67

1.4.6 Interpretação do Direito Processual Civil 69

1.4.6.1 Quanto aos sujeitos 69

1.4.6.2 Quanto ao modo ou aos meios 69

1.4.6.3 Quanto ao resultado 70

1.4.7 Integração da Lei Processual 72

1.4.8 Lei Processual Civil no Espaço 72

1.4.9 Lei Processual Civil no Tempo 74

1.5 Novo Código de Processo Civil 80

- 1.5.1 História do Novo Código de Processo Civil 80
 - 1.5.1.1 Breve relance histórico até os dias atuais 80
 - 1.5.1.2 Novo Código de Processo Civil 81
- 1.5.2 Exposição de Motivos do CPC/15 83
 - 1.5.2.1 Estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal 83
 - 1.5.2.2 Criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa 84
 - 1.5.2.3 Simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal 85
 - 1.5.2.4 Dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado 85
 - 1.5.2.5 Finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão 85
- 1.6 Quadro-Resumo 86

2 PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL 89

- 2.1 Princípio do Devido Processo Legal 89
 - 2.2 Princípio do Contraditório 91
 - 2.3 Princípio da Ampla Defesa 98
 - 2.4 Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição ou Acesso à ordem jurídica justa ou Ubiquidade 99
 - 2.5 Princípio da Duração Razoável do Processo 102
 - 2.6 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana 105
 - 2.7 Princípio da Isonomia 107
 - 2.8 Princípio da Cooperação 109
 - 2.9 Princípio da Publicidade 112
 - 2.10 Princípio da Motivação das Decisões Judiciais 114
 - 2.11 Princípio da Primazia da Decisão de Mérito 114
 - 2.12 Princípio da Boa-fé 117
 - 2.13 Princípio da Segurança Jurídica e da Proteção da Confiança 118
 - 2.14 Quadro-Resumo 120
- ## 3 JURISDIÇÃO 123
- 3.1 História do Direito e da Jurisdição 123
 - 3.1.1 Fase Primitiva 123
 - 3.1.2 Culturas Pré-modernas 124
 - 3.1.3 Jurisprudência Romana: o direito como diretivo para a ação 124
 - 3.1.4 Dogmaticidade na Idade Média: o direito como dogma 127
 - 3.1.5 Teoria jurídica na era moderna: o direito como ordenação racional 128
 - 3.1.6 Positivação do direito a partir do século XIX: o direito como norma posta 129
 - 3.1.7 Ciência Dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório 130
 - 3.2 Conceito 130
 - 3.2.1 Jurisdição é a função atribuída a terceiro imparcial 131
 - 3.2.2 Realizar o Direito de modo imperativo 131
 - 3.2.3 Criativo 131
 - 3.2.4 Reconhecer, efetivar ou proteger ou integrar situações jurídicas 132
 - 3.2.5 Situações jurídicas concretamente deduzidas 132
 - 3.2.6 Em decisão insuscetível de controle externo 132
 - 3.2.7 Com aptidão para a coisa julgada 133
 - 3.3 Escopos 134
 - 3.4 Teorias sobre a Jurisdição 134
 - 3.5 Características 137
 - 3.5.1 Caráter substitutivo 137

- 3.2.2 Lide 137
- 3.2.3 Inércia 138
- 3.2.4 Definitividade 139
- 3.6 Princípios 139
 - 3.6.1 Investidura 139
 - 3.6.2 Territorialidade (ou aderência ao território) 140
 - 3.6.3 Indelegabilidade 142
 - 3.6.4 Inevitabilidade 142
 - 3.6.5 Inafastabilidade (art. 5º, XXV, CRFB) 146
 - 3.6.6 Juiz Natural (art. 5º, LIII, CRFB) 146
 - 3.6.7 Promotor Natural 148
- 3.7 Regra da Ordem Cronológica Ope Legis 148
- 3.8 Equivalentes Jurisdicionais 151
 - 3.8.1 Autotutela 152
 - 3.8.2 Autocomposição (Justiça Conciliativa) 152
 - 3.8.2.1 – Mediação e Conciliação 154
 - 3.8.3 Dispute board 162
 - 3.8.4 Arbitragem (Lei nº. 9.307/96) 163
- 3.9 Jurisdição e suas espécies 171
 - 3.9.1 Jurisdição Voluntária 173
- 3.10 Tutela Jurisdicional 176
 - 3.10.1 Conceito 176
 - 3.10.2 Brevíssima Introdução 177
 - 3.10.3 Tutela satisfativa e cautelar 177
 - 3.10.4 Espécie de crise jurídica 180
 - 3.10.5 Coincidência de resultado com a satisfação voluntária 180
 - 3.10.6 Espécies de técnicas procedimentais 182
 - 3.10.7 Cognição 182
 - 3.10.8 Tutela individual e coletiva 183
 - 3.10.9 Tutela de urgência e evidência; incidental e antecedente 183
- 3.10 Limites da Jurisdição Nacional 184
- 3.11 Cooperação Jurídica Internacional 186
 - 3.11.1 Conceito 186
 - 3.11.2 Fundamentos 186
 - 3.11.3 Classificações e Institutos 187
 - 3.11.4 Estrutura Básica da Cooperação Jurídica Internacional 187
 - 3.11.5 CPC/15 189
- 3.12 Quadro-Resumo 193
- 4 COMPETÊNCIA 197**
 - 4.1 Conceito 197
 - 4.2 Normas Fundamentais 198
 - 4.2.1 Princípio do Juiz natural 198
 - 4.2.2 Princípio da Indisponibilidade 198
 - 4.2.3 Princípio da Tipicidade 198
 - 4.2.4 Princípio da competência adequada 199
 - 4.2.5 Regra fundamental da competência: Kompetenzkompetenz 201
 - 4.3 Classificações da competência 202
 - 4.3.1 Competência Originária x Competência Derivada 202
 - 4.3.2 Competência Territorial (foro) x Competência de Juízo 202
 - 4.3.3 Classificação segundo o Alcance 202
 - 4.3.4 Competência Absoluta x Competência Relativa 202
 - 4.3.4.1 Semelhanças 203
 - 4.3.4.2 Diferenças 205
 - 4.4 Critérios Determinativos da Competência 209
 - 4.4.1 Critério Objetivo 210
 - 4.4.1.1 Partes (ratione personae) 210
 - 4.4.1.2 Pedido (valor da causa) 210
 - 4.4.1.3 Causa de Pedir (matéria) 211
 - 4.4.2 Funcional 211
 - 4.4.3 Territorial 212
 - 4.5 Distribuição da Competência 214
 - 4.5.1 1ª Etapa: É o caso de Jurisdição Nacional? 215
 - 4.5.2 2ª Etapa: É competência dos Tribunais de Superposição ou de outro órgão jurisdicional atípico? 215
 - 4.5.3 3ª Etapa: Qual a Justiça competente? 218
 - 4.5.3.1 Competência da Justiça do Trabalho 219
 - 4.5.3.2 Competência da Justiça Federal 226

- 4.5.3.2.1 Competência Funcional do Juízes Federais 227
- 4.5.3.2.2 Competência do Juiz Federal em razão da pessoa 227
 - 4.5.3.2.2.1 1ª hipótese 227
 - 4.5.3.2.2.2 2ª hipótese 241
 - 4.5.3.2.2.3 3ª hipótese 241
- 4.5.3.2.3 Competência do Juiz Federal em razão da matéria 244
 - 4.5.3.2.3.1 1ª hipótese 244
 - 4.5.3.2.3.2 2ª hipótese 246
 - 4.5.3.2.3.3 3ª hipótese 248
 - 4.5.3.2.3.4 4ª hipótese 249
- 4.5.3.2.4 – Delegação de Competência 250
- 4.5.4 4ª Etapa: A competência originária é do Tribunal ou do primeiro grau de jurisdição? 255
- 4.5.5 5ª Etapa: Qual a competência territorial ou de foro? 256
 - 4.5.5.1 Competência de foro na Constituição 256
 - 4.5.5.2 Competência de foro no CPC/15 257
 - 4.5.5.2.1 Regra geral 257
 - 4.5.5.2.2 Decorrências da Regra Geral 260
 - 4.5.5.2.2.1 Foro do domicílio do autor da herança de cujus 260
 - 4.5.5.2.2.2 Domicílio dos Ausentes 260
 - 4.5.5.2.2.3 Quando o réu é incapaz 260
 - 4.5.5.2.2.4 Pessoas Jurídicas 260
 - 4.5.5.2.3 Regras Especiais 262
 - 4.5.5.2.3.1 Foro da situação da coisa 262
 - 4.5.5.2.3.2 Foro da residência da mulher (CPC/73) e do guardião do incapaz (CPC/15) 265
 - 4.5.5.2.3.3 Foro do domicílio do alimentando 266
 - 4.5.5.2.3.4 Foro do local do cumprimento da obrigação 267
- 4.5.5.2.3.4 Foro do local do ato ou fato 268
- 4.5.5.2.3.5 Foro de domicílio do autor ou do local do fato 268
- 4.5.5.2.3.6 Foro de residência do idoso 269
- 4.5.5.2.3.7 Foro do lugar da sede da serventia notarial 270
- 4.5.6 6ª etapa: Qual o juízo competente? 272
- 4.5.7 7ª etapa: Qual é a competência recursal? 273
- 4.6 Fixação ou Determinação da Competência 273
- 4.7 Modificação de Competência 276
 - 4.7.1 Prorrogação 277
 - 4.7.2 Derrogação 277
 - 4.7.3 Conexão e Continência 278
- 4.8 Conflito de Competência 281
- 4.9 Cooperação Nacional 283
 - 4.9.1 Conceito e características da cooperação nacional 283
 - 4.9.2 Classificação 284
 - 4.9.3 Cooperação Nacional e o Princípio do Juiz Natural 285
- 4.10 Quadro-Resumo 287
- 5 AÇÃO 289**
 - 5.1 Conceito 289
 - 5.2 Evolução Histórica das Teorias sobre a Ação 290
 - 5.2.1 Teoria Imanentista/Clássica/Civilista 290
 - 5.2.2 Polêmica alemã: Windscheid e Muther 290
 - 5.2.3 Teoria da ação como Direito Autônomo e Concreto 291
 - 5.2.4 Teoria da ação como Direito Autônomo e Abstrato 292
 - 5.2.5 Teoria Eclética da Ação 292
 - 5.3 Momento de Análise e Condições da Ação 295

- 5.3.1 Momento de Análise das Condições da Ação 295
 - 5.3.1.1 Teoria tradicional/Teoria da Apresentação/Teoria da Exposição 295
 - 5.3.1.2 Teoria da asserção (in statu assertionis) ou dela prospetazione/Teoria da Adstrição 296
 - 5.4 Condições da Ação 298
 - 5.4.1 Possibilidade Jurídica do Pedido 298
 - 5.4.2 Interesse de Agir 299
 - 5.4.3 Legitimidade ad causam 303
 - 5.4.3.1 Conceito 303
 - 5.4.3.2 Fontes Normativas da Legitimação Extraordinária 303
 - 5.4.3.3 Legitimação Extraordinária e Substituição Processual 306
 - 5.4.3.4 – Substituição Processual X Sucessão Processual X Representação Processual. 308
 - 5.4.3.5 Casos Interessantes 309
 - 5.4.4 Dinamicidade das Posições 318
 - 5.5 Demanda e Relação jurídica Substancial Deduzida 320
 - 5.6 Elementos da Ação 321
 - 5.6.1 Partes 322
 - 5.6.2 Pedido 323
 - 5.6.3 Causa de Pedir 323
 - 5.6.3.1 Introdução 323
 - 5.6.3.2 Teoria da Individuação da causa de pedir 328
 - 5.6.3.3 Teoria da Substanciação da Causa de Pedir 328
 - 5.6.3.4 Demanda Autodeterminada x Demanda Heterodeterminada 328
 - 5.7 Classificações das Ações/Demandas 330
 - 5.7.1 De acordo com a causa de pedir próxima (direito afirmado) 330
 - 5.7.1.1 Ações Reais 330
 - 5.7.1.2 Ações Pessoais 330
 - 5.7.2 De acordo com o objeto (pedido) 330
 - 5.7.2.1 Ações Mobiliárias 330
 - 5.7.2.2 Ações Imobiliárias 330
 - 5.7.3 Ação Reipersecutória 330
 - 5.7.4 Ação Necessária 330
 - 5.7.5 De acordo com a espécie de crise jurídica e o tipo de tutela jurisdicional almejada 330
 - 5.7.5.1 Tutela/Ação de conhecimento 330
 - 5.7.5.2 Tutela/Ação Executiva 331
 - 5.7.5.3 Tutela/Ação Cautelar 331
 - 5.7.6 Classificação das Ações de Conhecimento 331
 - 5.7.6.1 Ação Condenatória 331
 - 5.7.6.2 Ação Constitutiva/Desconstitutiva 337
 - 5.7.6.3 Ação Declaratória 337
 - 5.7.7 Ação Dúplice 340
 - 5.8 Quadro-Resumo 341
- ## 6 PROCESSO 345
- 6.1 Conceito 345
 - 6.2 Evolução Histórica das Teorias sobre o Processo 345
 - 6.2.1 Processo como Procedimento 345
 - 6.2.2 Processo como Contrato 345
 - 6.2.3 Processo como Quase Contrato 345
 - 6.2.4 Processo como Relação Jurídica 346
 - 6.2.5 Processo como Situação Jurídica 347
 - 6.2.6 Processo como Instituição 348
 - 6.2.7 Processo como Procedimento em Contraditório 348
 - 6.2.7 Processo como Entidade Complexa 349
 - 6.3 Relação Jurídica Processual 350
 - 6.3.1 Sujeitos 350
 - 6.3.2 Objeto 350
 - 6.3.3 Pressupostos Processuais 350
 - 6.3.4 Características 350
 - 6.4 Pressupostos Processuais 351
 - 6.4.1 Introdução 351
 - 6.4.2 Classificação 353
 - 6.4.2.1 Pressupostos de Existência 355
 - 6.4.2.1.1 Demanda (pedido) 355

6.4.2.1.2	Órgão investido de jurisdição	356
6.4.2.1.3	Capacidade de ser parte	356
6.4.2.2	Requisitos de Validade	359
6.4.2.2.1	Competência	359
6.4.2.2.2	Imparcialidade	359
6.4.2.2.3	Capacidade Processual	360
6.4.2.2.3.1	Capacidade processual das pessoas jurídicas	362
6.4.2.2.3.2	Capacidade processual das pessoas casadas	366
6.4.2.2.3.3	Curador Especial	369
6.4.2.2.4	Capacidade Postulatória	372
6.4.2.2.5	Requisito Objetivo Intrínseco	375
6.4.2.2.6	Requisitos Objetivos Extrínsecos	376
6.5	Quadro-Resumo	378

7 DEVERES DAS PARTES E PROCURADORES 381

7.1	Introdução	381
7.2	CPC/73	381
7.3	CPC/15	382
7.3.1	Ato atentatório à dignidade da justiça (arts 77, IV e VI, CPC/15)	382
7.3.2	Demais deveres do art. 77	385
7.3.3	Litigância de Má-Fé	389
7.4	Quadro-Resumo	395

8 DESPESAS PROCESSUAIS 397

8.1	Conceito	397
8.2	Custas stricto sensu, taxa e emolumentos	398
8.3	Ressarcimento de despesas com a utilização de serviços estranhos ao Poder Judiciário	399
8.4	Remuneração dos sujeitos auxiliares e secundários do processo	399
8.5	Multas	399
8.6	Honorários de Sucumbência	400

8.7 Como e Quem paga as Despesas Processuais 400

8.7.1	Art. 86, CPC	402
8.7.2	Art. 87, CPC	405
8.7.3	Art. 88, CPC	405
8.7.4	Art. 89, CPC	406
8.7.5	Art. 90, CPC	406
8.7.6	Art. 91, CPC	408
8.7.7	Art. 92, CPC	410
8.7.8	Art. 93, CPC	410
8.7.9	Art. 94, CPC	410
8.7.10	Art. 95, CPC	411
8.7.11	Art. 96, CPC	412
8.7.12	Art. 97, CPC	413
8.7.13	Regras Específicas	414

8.8 Quadro-Resumo 415

9 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 419

9.1	Conceito	419
9.2	Titularidade dos Honorários Sucumbenciais	420
9.2.1	MP pode receber honorários?	421
9.2.2	Defensoria Pública pode receber honorários?	421
9.3	Princípio da Sucumbência	423
9.4	Cabimento da Condenação em Honorários	424
9.4.1	Reconvenção	425
9.4.2	Cumprimento de Sentença	425
9.4.3	Processo de Execução	426
9.4.4	Recursos	426
9.5	Valor dos Honorários Sucumbenciais	429
9.6	Condenação da Fazenda Pública ao Pagamento de Honorários	435
9.6.1	Tratamento Diferenciado: Condenação da Fazenda Pública – Precatório e RPV	437
9.7	Honorários para os Advogados Públicos	438
9.8	Legitimidade para Impugnar e Executar	439
9.9	Quadro-Resumo	441

10 GRATUIDADE DE JUSTIÇA 443

- 10.1 Conceito 443
- 10.2 Art. 98, CPC 445
 - 10.2.1 Quem pode se Beneficiar da Gratuidade 445
 - 10.2.2 Causas para a Concessão do Benefício 446
- 10.3 Art. 98, § 1º, CPC 447
 - 10.3.1 Inovações 447
- 10.4 Art. 98, §§ 2º e 3º, CPC 448
- 10.5 Art. 98, § 4º, CPC 450
- 10.6 Art. 98, §§ 5º, CPC 451
- 10.7 Art. 98, § 6º, CPC 451
- 10.8 Art. 99, CPC 451
 - 10.8.1 Momento do pedido 451
 - 10.8.2 Concessão de Ofício e Efeitos 453
 - 10.8.3 Presunção da declaração da pessoa física 453
- 10.9 Art. 100, CPC 455
- 10.10 Art. 101, CPC 456
- 10.11 Art. 102, CPC 457
- 10.12 Quadro-Resumo 458

11 DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA 461

- 11.1 Poderes, Deveres e Responsabilidade do Juiz 461
 - 11.1.1 Art. 139 461
 - 11.1.1.1 Inciso I 461
 - 11.1.1.2 Inciso II 461
 - 11.1.1.3 Inciso III 461
 - 11.1.1.4 Inciso IV 461
 - 11.1.1.5 Inciso V 471
 - 11.1.1.6 Inciso VI 471
 - 11.1.1.7 Inciso VII 472
 - 11.1.1.8 Inciso VIII 472
 - 11.1.1.9 Inciso IX 473
 - 11.1.1.10 Inciso X 473
 - 11.1.2 Art. 140 474
 - 11.1.3 Art. 141 474

- 11.1.4 Art. 142 475
- 11.1.5 Art. 143 476
- 11.1.6 Princípio da Identidade Física do Juiz 478

11.2 Impedimentos e Suspeição 478

- 11.2.1 Introdução 478
- 11.2.2 Art. 144 481
 - 11.2.2.1 Inciso I 481
 - 11.2.2.2 Inciso II 481
 - 11.2.2.3 Inciso III 482
 - 11.2.2.4 Inciso IV 482
 - 11.2.2.5 Inciso V 483
 - 11.2.2.6 Inciso VI 483
 - 11.2.2.7 Inciso VII 483
 - 11.2.2.8 Inciso VIII 483
 - 11.2.2.9 Inciso IX 484

11.2.3 Art. 145 485

- 11.2.3.1 Inciso I 485
- 11.2.3.2 Inciso II 485
- 11.2.3.3 Inciso III 486
- 11.2.3.4 Inciso IV 486

11.2.4 Alegação de Impedimento e Suspeição 487**11.2.4.1 Procedimento 487****11.2.5 Impedimento por Relação entre Juízes 489****11.2.6 Suspeição e Impedimento de Outros Atores do Processo 489****11.2.6.1 Procedimento 490****11.3 Dos Auxiliares da Justiça 490**

- 11.3.1 Introdução 490
- 11.3.2 Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça 491
- 11.3.3 Do Perito 491
- 11.3.5 Do Intérprete e do Tradutor 493
- 11.3.6 Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais 494

11.4 Quadro-Resumo 495**12 DO MINISTÉRIO PÚBLICO 497****12.1 Introdução 497**

- 12.2 Atuação do Ministério Público na Constituição 498
- 12.3 Atuação do Ministério Público no CPC/15 500
 - 12.3.1 Introdução e Mudanças Relevantes 500
 - 12.3.2 Art. 178 do CPC 502
 - 12.3.2.1 Art. 178, I 502
 - 12.3.2.2 Art. 178, II 505
 - 12.3.2.3 Art. 178, III 505
 - 12.3.3 Art. 179 do CPC 506
 - 12.3.4 Art. 180 do CPC 507
 - 12.3.5 Art. 181 do CPC 508
 - 12.2.6 Outros apontamentos importantes sobre a atuação do MP 509
- 12.4 Atuação do Ministério Público na Tutela Coletiva 511
 - 12.4.1 Introdução 511
 - 12.4.2 Direitos Difusos 512
 - 12.4.3 Direitos Coletivos stricto sensu 513
 - 12.4.4 Direitos Individuais Homogêneos 513
 - 12.4.5 Direitos Individuais Indisponíveis 518
- 12.5 Quadro-Resumo 520
- 13 DA ADVOCACIA PÚBLICA 523**
 - 13.1 Introdução 523
 - 13.2 Art. 182 525
 - 13.3 Art. 183 526
 - 13.4 Art. 184 527
 - 13.5 Quadro-Resumo 528
- 14 DA DEFENSORIA PÚBLICA 529**
 - 14.1 Introdução 529
 - 14.2 Art. 185 532
 - 14.3 Art. 186 535
 - 14.4 Art. 187 538
 - 14.5 Quadro-Resumo 538
- 15 LITISCONSÓRCIO 541**
 - 15.1 Introdução e Conceito 541
 - 15.2 Classificações 542
 - 15.2.1 Introdução 542
 - 15.3 De acordo com a Posição ocupada no processo 542
 - 15.3.1 Litisconsórcio Ativo 542
 - 15.3.2 Litisconsórcio Passivo 542
 - 15.3.3 Litisconsórcio Misto 542
 - 15.4 De acordo com a Causa do Litisconsórcio 542
 - 15.4.1 Comunhão de Direitos ou Obrigações 542
 - 15.4.2 Conexão 543
 - 15.4.3 Afinidade de Questões por Ponto Comum, de Fato e de Direito 543
 - 15.5 De acordo com o Momento de formação 543
 - 15.5.1 Litisconsórcio Inicial 543
 - 15.5.2 Litisconsórcio Ulterior 544
 - 15.6 De acordo com a Obrigatoriedade (facultativo ou necessário) 547
 - 15.6.1 Litisconsórcio Facultativo 547
 - 15.6.2 Litisconsórcio Necessário 549
 - 15.7 De acordo com o Direito Material discutido/De acordo com o Destino dos litisconsortes no plano material 552
 - 15.7.1 Litisconsórcio Unitário 552
 - 15.7.2 Simples ou Comum 553
 - 15.8 Litisconsórcio Necessário x Litisconsórcio Unitário 554
 - 15.9 Litisconsórcio Necessário no Polo Ativo 556
 - 15.10 Ausência de Litisconsórcio Necessário – Vícios da Decisão 561
 - 15.11 Modalidades Especiais de Litisconsórcio Facultativo 562
 - 15.11.1 Litisconsórcio Sucessivo 562
 - 15.11.2 Litisconsórcio Eventual 563
 - 15.11.3 Litisconsórcio Alternativo 564
 - 15.12 Dinâmica entre os Litisconsortes 564
 - 15.13 Disposição de Direito 565
 - 15.14 Revelia 565
 - 15.15 Direito Probatório 566

- 15.16 Recurso 566
- 15.17 Art. 118 567
- 15.18 Prazo 567
- 15.19 Litisconsórcio entre União, Estado e Municípios em demandas de saúde 568
- 15.20 Quadro-Resumo 578

16 DA INTERVENÇÃO DE TERCEIRO 583

- 16.1 Considerações Gerais 583
 - 16.1.1 Conceito 583
 - 16.1.2 Fundamentos da Intervenção de terceiro 584
 - 16.1.3 Classificação de Terceiros 584
 - 16.1.4 Efeitos da Intervenção de Terceiro 585
 - 16.1.5 Controle pelo Magistrado 585
 - 16.1.6 Cabimento 585
 - 16.1.7 Vedações 586
- 16.2 Intervenções de Terceiro em Espécie 587
 - 16.2.1 Classificações das Intervenções de Terceiro 587
 - 16.2.2 Assistência 587
 - 16.2.2.1 Conceito 587
 - 16.2.2.2 Interesse Jurídico Direto, Forte, Imediato 588
 - 16.2.2.3 Interesse Jurídico Fraco, Mediato, Reflexo ou Indireto 588
 - 16.2.2.4 Procedimento 588
 - 16.2.2.5 Assistência Simples 589
 - 16.2.2.6 Assistência Litisconsorcial 591
 - 16.2.2.7 Imutabilidade da Decisão 591
 - 16.2.2.8 Questão interessante 593
 - 16.2.3 Intervenções Anômalas ou Intervenções Especiais dos Entes Públicos 593
 - 16.2.4 Alienação da Coisa Litigiosa 597
 - 16.2.5 Amicus curiae (singular) ou amici curiae (plural) 598
 - 16.2.5.1 Conceito 598
 - 16.2.5.2 Histórico 599
 - 16.2.5.3 CPC/15 599
 - 16.2.5.4 Natureza Jurídica 601

- 16.2.5.5 Poderes 602

16.2.6 Desconsideração da Personalidade Jurídica 604

- 16.2.6.1 Conceito 604
- 16.2.6.2 História 604
- 16.2.6.3 No Brasil 605
- 16.2.6.4 Direito Material 606
- 16.2.6.5 Direito Processual 607
- 16.2.6.6 Procedimento 608
 - 16.2.6.6.1 Legitimidade 608
 - 16.2.6.6.2 Instauração 608
 - 16.2.6.6.3 Pressupostos 610
 - 16.2.6.6.4 Contraditório 610
 - 16.2.6.6.5 Fraude à execução 611

16.2.7 Chamamento ao Processo 612

- 16.2.7.1 Conceito 612
- 16.2.7.2 Hipóteses 613
- 16.2.7.3 Procedimento 615
- 16.2.7.4 Questões Interessantes 615
 - 16.2.7.4.1 Art. 101, II, CDC 615
 - 16.2.7.4.2 Art. 1.698, CC 616
- 16.2.8 Denúnciação da Lide 618

16.2.8.1 Conceito 618

16.2.8.2 História 618

16.2.8.3 Hipóteses 620

16.2.8.4 Procedimento da Denúnciação feita pelo autor 623

16.2.8.5 Procedimento da Denúnciação feita pelo réu 624

16.2.9 Outras Intervenções 625

16.3 Quadro-Resumo 626

17 ATOS PROCESSUAIS 629

17.1 Conceito 629

17.2 Princípios dos Atos Processuais 630

17.2.1 Liberdade das Formas (art. 188) e Instrumentalidade das Formas (art. 277) 630

17.2.2 Publicidade (art. 189, CPC) 631

17.2.3 Uso da Língua Portuguesa 631

17.2.4 Flexibilização Procedimental 632

- 17.3 Negócio Jurídico Processual 632
 - 17.3.1 Classificações 632
 - 17.3.2 – Objeto do Negócio Jurídico Processual 634
 - 17.3.3 – Momento 637
 - 17.3.4 Requisitos de Validade 637
 - 17.3.5 Capacidade do Agente 638
 - 17.3.6 Vontade ou Consentimento Livre 640
 - 17.3.7 Objeto Lícito, Possível e Determinável 642
 - 17.3.8 Forma prescrita ou não defesa (não proibida) em lei 643
 - 17.3.9 Vícios 643
 - 17.3.10 Eficácia 644
 - 17.3.11 Calendarização Processual 646
- 17.4 Da Prática Eletrônica dos Atos Processuais 647
- 17.5 Atos das Partes e do Juiz 648
 - 17.5.1 Atos das Partes 648
 - 17.5.2 Pronunciamentos do Juiz 649
- 17.6 Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria 652
- 17.7 Do Tempo dos Atos Processuais 652
 - 17.7.1 Conceito e Regra 652
 - 17.7.2 Duas exceções no tocante à regra dos dias úteis (art. 214, CPC) 652
 - 17.7.2.1 1ª exceção 653
 - 17.7.2.2 2ª exceção 654
 - 17.7.3 Duas exceções no tocante ao horário (6h às 20h) 654
 - 17.7.3.1 1ª exceção 654
 - 17.7.3.2 2ª exceção 655
 - 17.7.4 Sanções para o ato praticado fora dessas regras 655
 - 17.7.5 Férias Forenses x Prazos 655
- 17.8 Lugar da Prática dos Atos Processuais 656
 - 17.8.1 Regra 656
 - 17.8.2 Exceções 657
- 17.9 Dos Prazos 657
 - 17.9.1 Conceito 657
 - 17.9.2 Classificações 658
 - 17.9.2.1 1ª classificação: pela sua origem. 658
 - 17.9.2.2 2ª classificação: quanto às consequências de seu descumprimento 658
 - 17.9.2.3 3ª classificação: quanto à exclusividade do destinatário 658
 - 17.9.2.4 4ª classificação: pela possibilidade de flexibilização 658
 - 17.9.3 Prazo Subsidiário e Prazo para Comparecimento 659
 - 17.9.4 Ato Processual Prematuro 659
 - 17.9.5 Contagem dos Prazos em Dias Úteis 660
 - 17.9.5 Direito Intertemporal 661
 - 17.9.6 Suspensão dos Prazos Processuais 661
 - 17.9.6.1 1ª regra (art. 220) 661
 - 17.9.6.2 2ª regra (art. 221) 661
 - 17.9.6.3 3ª regra (art. 222) 662
 - 17.9.7 Afinal, como é feita a contagem dos prazos? 662
 - 17.9.8 Renúncia do Prazo 667
 - 17.9. 9 Prazos do Juiz 667
 - 17.9.10 Prazos dos Servidores 667
 - 17.9.12 Prazos das Partes 667
- 17.10 Preclusão 668
 - 17.10.1 Conceito 668
 - 17.10.2 Fundamentos 668
 - 17.10.3 Espécies 668
 - 17.10.3.1 Preclusão temporal 668
 - 17.10.3.2 Preclusão lógica 669
 - 17.10.3.3 Preclusão consumativa 669
 - 17.10.3.4 Preclusão sanção 669
 - 17.10.3.5 Preclusão ordinatória 670
 - 17.10.3.6 Preclusão máxima 670
 - 17.10.3.7 Preclusão pro judicato 670
- 17.11 Comunicações dos Atos Processuais 671
 - 17.11.1 Introdução e Conceitos 671
 - 17.11.2 Citação 672
 - 17.11.2.1 Conceito 672

- 17.11.2.2 Natureza Jurídica 672
- 17.11.2.3 Comparecimento Espontâneo 672
- 17.11.2.4 Citação Direta e Indireta 673
- 17.11.2.5 Local e Tempo da Citação 676
- 17.11.2.6 Efeitos Materiais e Processuais da Citação 677
 - 17.11.2.6.1 CPC/73 677
 - 17.11.2.6.2 CPC/15 677
- 17.11.2.7 Espécies/Modalidades de Citação 682
 - 17.11.2.7.1 Citação por Meio Eletrônico 682
 - 17.11.2.7.1.1 – É possível citação/intimação via WhatsApp ou por redes sociais? 687
 - 17.11.2.7.2 Citação por Correios 688
 - 17.11.2.7.3 Citação por Oficial de Justiça 689
 - 17.11.2.7.4 Citação por Hora Certa 690
 - 17.11.2.7.5 Citação por Edital 691
 - 17.11.2.7.6 Citação pelo Escrivão ou Chefe de Secretaria 693
- 17.11.3 Intimação 693
 - 17.11.3.1 Conceito 693
 - 17.11.3.2 Meios de Intimação 694
 - 17.11.3.2.1 Intimação por Meio Eletrônico ou Diário Oficial 694
 - 17.11.3.2.2 Intimação por Correio; Escrivão/Chefe de Secretaria e Oficial de Justiça 698
- 17.11.4 – Cartas 698
 - 17.11.4.1 Carta de Ordem 699
 - 17.11.4.3 Carta Precatória 699
 - 17.11.4.4 Carta Arbitral 700
 - 17.11.4.5 Requisitos 700
 - 17.11.4.6 Prazo 701
 - 17.11.4.7 Caráter Itinerante e Recusa de Cumprimento da Carta 701
 - 17.11.4.8 Meio Eletrônico como Preferencial 702
 - 17.11.4.9 Devolução 702
- 17.12 Quadro-Resumo 702
- 18 INVALIDADES PROCESSUAIS 711**
 - 18.1 Introdução 711
 - 18.2 Princípios 712
 - 18.2.1 Princípio da Instrumentalidade das Formas 712
 - 18.2.2 Princípio da Fungibilidade 713
 - 18.2.3 Princípio da Sanabilidade dos Defeitos Processuais 713
 - 18.2.4 Princípio da Causalidade 714
 - 18.2.5 Princípio da Boa-fé Objetiva 714
 - 18.3 Classificações 715
 - 18.4 Quadro-Resumo 718
- 19 TUTELA PROVISÓRIA 719**
 - 19.1 Tutela Definitiva x Provisória e Tutela Satisfativa x Cautelar 719
 - 19.1.1 Tutela Definitiva x Tutela Provisória 719
 - 19.1.2 Tutela Satisfativa x Tutela Cautelar 719
 - 19.2 Regras Gerais 720
 - 19.2.1 Finalidade 720
 - 19.2.2 Modalidades (art. 294) 720
 - 19.2.3 Legitimados 720
 - 19.2.4 Competência 721
 - 19.2.5 Pagamento de Custas 722
 - 19.2.6 Precariedade 722
 - 19.2.7 Discricionariedade e Fundamentação 724
 - 19.2.8 Poder Geral de Efetivação 724
 - 19.3 Tutela Provisória de Urgência 724
 - 19.3.1 Cabimento 724
 - 19.3.2 Forma de Requerimento 725
 - 19.3.3 Requisitos 725
 - 19.3.4 Irreversibilidade 726
 - 19.3.5 Caução 726
 - 19.3.6 Contraditório, Audiência de Justificação e Liminar 727
 - 19.3.7 Concessão de Ofício 727
 - 19.3.8 Fungibilidade 729

- 19.3.9 Responsabilidade Objetiva 729
- 19.3.10 Recursos 732
- 19.3.11 Execução 733

19.4 Tutela Provisória de Urgência Requerida em Caráter Antecedente 733

- 19.4.1 Tutela provisória de urgência antecipada (antecedente) 733
- 19.4.2 Tutela provisória de urgência cautelar (antecedente) 739

19.5 Tutela de Evidência 742

- 19.5.1 Requisitos 743
- 19.5.2 Inciso I 743
- 19.5.3 Inciso II 744
- 19.5.4 Inciso III 744
- 19.5.5 Inciso IV 745

19.6 Tutela Contra a Fazenda Pública 745

19.7 Quadro-Resumo 748

20 FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO 753

20.1 Formação 753

- 20.1.1 Passo a Passo da Formação do Processo 753

20.2 Suspensão do Processo 755

- 20.2.1 Conceito 755
- 20.2.2 Causas de Suspensão do Processo 756
 - 20.2.2.1 Inciso I – Morte ou Perda da Capacidade Processual das Partes; do Representante Legal ou do seu Procurador 756
 - 20.2.2.3 Inciso III – Arguição de Impedimento e Suspeição 760
 - 20.2.2.4 Inciso IV – Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) 760
 - 20.2.2.5 Inciso V – Prejudicialidade 761
 - 20.2.2.6 Inciso VI – Força Maior 762
 - 20.2.2.7 Inciso VII – Tribunal Marítimo 762
 - 20.2.2.8 Inciso VIII – Demais Casos 763
 - 20.2.2.9 Inciso IX e X 763

20.2.3 Art. 314 764

20.2.4 Art. 315 764

20.3 Extinção do Processo 765

20.3.1 Introdução 765

20.3.1.1 Art. 316 765

20.3.1.2 Art. 317 766

20.3.2 Extinção do Processo Sem Resolução do Mérito 766

20.3.2.1 Inciso I 766

20.3.2.2 Inciso II 767

20.3.2.3 Inciso III 767

20.3.2.4 Inciso IV 768

20.3.2.5 Inciso V 768

20.3.2.6 Inciso VI 769

20.3.2.7 Inciso VII 769

20.3.2.8 Inciso VIII 769

20.3.2.9 Inciso IX 771

20.3.3 Sentenças Definitivas – Com Resolução de Mérito (art. 487, CPC) 772

20.3.3.1 Art. 487, I 772

20.3.3.2 Art. 487, III 772

20.3.3.3 Art. 487, II 772

20.4 Quadro-Resumo 773

21 PETIÇÃO INICIAL 777

21.1 Conceito 777

21.2 Requisitos 778

21.2.1 Forma escrita 778

21.2.2 Endereçamento 778

21.2.3 Qualificação das partes 779

21.2.4 Causa de Pedir 780

21.2.5 Pedido 780

21.2.6 Valor da Causa 780

21.2.7 Juntada de Documentos Indispensáveis e Indicação dos Meios de Prova que Pretende Utilizar 787

21.2.9 Informar se pretende realizar ou não a audiência de conciliação e mediação 788

21.2.10 Assinatura de quem tenha a capacidade postulatória 788

21.3 Pedido 788

21.3.1 Requisitos 789

21.3.2 Interpretação Conforme Boa-Fé	791	23.6 Quadro-Resumo	824
21.3.3 Cumulação de Pedidos	792	24 DEFESA	825
21.3.3.1 Cumulação Própria	793	24.1 Introdução	825
21.3.3.2 Cumulação Imprópria	793	24.2 Classificações	826
21.3.3.3 Cumulação de Pedidos e Litisconsórcio	795	24.3 Modalidades de Resposta	829
21.3.3.4 Sucumbência	795	24.3.1 Contestação	829
21.3.4 – Aditamento/Alteração do Pedido	798	24.3.1.1 Prazo	830
21.4 Registro e Distribuição	800	24.3.1.1.1 1ª hipótese	830
21.5 Quadro-Resumo	801	24.3.1.1.2 2ª hipótese	830
22 ATITUDES POSSÍVEIS DO JUIZ	803	24.3.1.1.3 3ª hipótese	830
22.1 Emenda da Petição Inicial	803	24.3.1.1.4 4ª hipótese	830
22.2 Indeferimento da Petição Inicial	804	24.3.1.2 Normas Fundamentais da Contestação	831
22.2.1 Introdução	804	24.3.1.2.1 Regra da Eventualidade ou da Concentração da Defesa	831
22.2.2 Inépcia	806	24.3.1.2.2 Ônus da Impugnação Específica	832
22.2.3 Manifesta Ilegitimidade da Parte	807	24.3.1.3 Estrutura da Contestação	834
22.2.4 Falta de Interesse Processual	808	24.3.1.3.1 Preliminares	835
22.2.5 Não atendimento dos arts. 106 e 321, CPC	808	24.3.1.3.1.1 Inexistência ou Nulidade de Citação	835
22.3 Improcedência Liminar do Pedido	808	24.3.1.3.1.2 Incompetência Absoluta e Relativa	835
22.3.1 Introdução	808	24.3.1.3.1.3 Incorreção do Valor da Causa	837
22.3.2 Hipóteses de Improcedência Liminar do Pedido	811	24.3.1.3.1.4 Inépcia da Petição Inicial	837
22.3.2.1 Inciso I	811	24.3.1.3.1.5 Perempção, Litispendência e Coisa Julgada	838
22.3.2.2 Incisos II e III	811	24.3.1.3.1.6 Conexão	838
22.3.2.3 Inciso IV	812	24.3.1.3.1.7 Incapacidade da Parte, Defeito de Representação ou Falta de Autorização	838
22.3.2.4 Art. 332, § 1º	812	24.3.1.3.1.8 Convenção de Arbitragem	838
22.3.2.5 Hipótese Atípica de Improcedência Liminar do Pedido	814	24.3.1.3.1.9 Ausência de Legitimidade ou de Interesse Processual	839
22.4 Quadro-Resumo	815	24.3.1.3.1.10 Falta de Caução ou de Outra Prestação	
23 AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	817		
23.1 Introdução	817		
23.2 Hipóteses de Não Realização da Audiência	818		
23.3 Dever de Comparecimento	820		
23.4 Presença de Advogado ou Defensor Público	821		
23.5 Homologação pelo Juízo	823		

que a Lei Exige
como Preliminar 841

24.3.1.3.1.11 Indevida Concessão
de Gratuidade de
Justiça 842

24.3.1.3.2 Mérito 842

24.3.2 Reconvenção 842

24.3.2.1 Conceito 842

24.3.2.2 Pressupostos Processuais 843

24.3.2.3 Condições da Ação 844

24.3.2.3.1 Legitimidade 844

24.3.2.3.2 Interesse de Agir 845

24.3.2.4 Procedimento 846

24.4 Quadro-Resumo 847

25 REVELIA 851

25.1 Conceito 851

25.2 Efeitos 851

25.2.1 Efeito material 851

25.2.2 Efeitos processuais 853

25.3 Questões Interessantes 854

25.3.1 1ª questão 854

25.3.2 2ª questão 854

25.3.3 3ª questão 854

25.3.4 4ª questão 855

25.4 Quadro-Resumo 856

26 PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO 857

26.1 Providências Preliminares 857

26.1.1 1ª Hipótese 857

26.1.2 2ª Hipótese 857

26.1.3 3ª Hipótese 858

26.2 Julgamento Conforme o Estado do
Processo 858

26.2.1 Introdução 858

26.2.2 Extinção do Processo sem e com
Resolução do Mérito 858

26.2.3 Julgamento Antecipado do Mérito 859

26.2.4 Julgamento Antecipado Parcial do
Mérito 860

26.2.5 Saneamento 864

26.2.5.1 Introdução 864

26.2.5.2 Atividades do Juiz no
Saneamento 864

26.2.5.3 Saneamento Compartilhado 866

26.3 Quadro-Resumo 870

27 FASE INSTRUTÓRIA 873

27.1 Introdução 873

27.2 Audiência de Instrução e Julgamento
(AIJ) 873

27.2.1 – Poder de Polícia 874

27.2.2 Gravação 874

27.2.3 Procedimento 874

27.2.3.1 Abertura e Pregão 874

27.2.3.2 Conciliação 875

27.2.3.3 Fixação dos Pontos
Controvertidos 875

27.2.3.4 Ordem das Provas 875

27.2.3.4.1 1ª prova 876

27.2.3.4.2 2ª prova 876

27.2.3.4.3 3ª Prova 877

27.2.3.5 Debates Oraís 877

27.2.3.6 Sentença 877

27.2.4 Audiência Una e Contínua 878

27.2.5 Adiamiento da Audiência 879

27.2.6 Princípio da Oralidade 881

27.3 Teoria Geral das Provas 881

27.3.1 Introdução 881

27.3.2 Direito Intertemporal 882

27.3.3 Espécies de Prova 882

27.3.3.1 Quanto ao fato/objeto (prova
direta e indireta) 882

27.3.3.2 Quanto à fonte (prova pessoal
e real) 883

27.3.3.3 Quanto à forma (modalidades
pelas quais se apresenta em
juízo) 883

- 27.3.3.4 Quanto à preparação (casual ou pré-constituídas ou composta) 883
- 27.3.3.5 Quanto à previsibilidade em lei (provas típicas e atípicas) 883
- 27.3.4 A Verdade Possível 884
- 27.3.5 Direito Constitucional à Prova 885
- 27.3.6 Provas Ilícitas 886
 - 27.3.6.1 Flexibilizações à Prova Ilícita por Derivação 887
 - 27.3.6.1.1 Da Teoria da Fonte Independente 887
 - 27.3.6.1.2 Teoria da Descoberta Inevitável 888
 - 27.3.6.1.3 Teoria da Limitação da Mancha Purgada (purged taint) 888
 - 27.3.6.1.4 Exceção de Boa-Fé (Good Faith Exception) 889
 - 27.3.6.1.5 Teoria do Risco 889
 - 27.3.6.1.6 Limitação da Destruição da Mentira do Imputado 889
 - 27.3.6.1.7 Doutrina da Visão Aberta 890
 - 27.3.6.1.8 Teoria do Encontro Fortuito de Provas (Serendipidade) 890
 - 27.3.6.1.9 A limitação da Infração Constitucional Alheia 890
 - 27.3.6.1.10 – Limitação por Pessoas que não Fazem Parte de Órgão Policial 890
 - 27.3.6.2 – Inutilização da Prova Ilícita 891
 - 27.3.6.3 – Descontaminação 891
- 27.3.7 Finalidade da Prova 891
- 27.3.8 Destinatário da Prova 892
- 27.3.9 Objeto da Prova 892
- 27.3.10 Características do Fato Probando 892
- 27.3.11 Estândares (Standards) Probatórios 892
- 27.3.12 Hipóteses de Desnecessidade de Prova 895
 - 27.3.11.1 Fato Notório 895
 - 27.3.11.2 Fatos Confessados 895
 - 27.3.11.3 Ausência de Controvérsia 895
 - 27.3.11.4 Presunção 895
 - 27.3.11.4.1 Presunção Absoluta 896
 - 27.3.11.4.2 Presunção Relativa 896
 - 27.3.11.4.3 Presunção Legal e Judicial 897
- 27.3.12 Prova do Direito 898
- 27.3.13 Ônus da Prova 899
- 27.3.14 Regras de Distribuição do Ônus da Prova 900
- 27.3.15 Inversão do Ônus da Prova 900
 - 27.3.15.1 Inversão Convencional 900
 - 27.3.15.2 Inversão Legal 902
 - 27.3.15.3 Inversão Judicial 902
- 27.3.16 Poderes Instrutórios do Juiz 904
- 27.3.17 Prova Emprestada 906
- 27.3.18 Sistemas de Valoração da Prova 908
 - 27.3.18.1 Sistema da Íntima Convicção 908
 - 27.3.18.2 Sistema da Prova Tarifada/ Legal 908
 - 27.3.18.3 Sistema da Persuasão Racional/Convencimento Motivado 908
- 27.4 Meios de Prova em Espécie 910
 - 27.4.1 Produção Antecipada de Provas 910
 - 27.4.1.1 Introdução 910
 - 27.4.1.2 Cabimento 911
 - 27.4.1.3 Competência 912
 - 27.4.1.4 Procedimento 914
 - 27.4.2 Ata Notarial 917
 - 27.4.3 Depoimento Pessoal 918
 - 27.4.3.1 Introdução 918
 - 27.4.3.2 Depoimento Pessoal e Interrogatório 918
 - 27.4.3.3 Depoimento Pessoal é Ato Personalíssimo? 919
 - 27.4.3.4 Recusa em Depor 920
 - 27.4.3.5 Procedimento 921
 - 27.4.4 Confissão 922
 - 27.4.4.1 Introdução 922
 - 27.4.4.2 Espécies de Confissão 924
 - 27.4.4.2.1 Confissão Judicial 924
 - 27.4.4.2.2 Confissão Extrajudicial 924
 - 27.4.4.3 Indivisibilidade da Confissão 925

- 27.4.4.4 Invalidação da Confissão 926
- 27.4.5 Da Prova Documental 927
 - 27.4.5.1 Introdução 927
 - 27.4.5.2 Elementos do Documento 928
 - 27.4.5.2.1 Autoria do Documento 928
 - 27.4.5.2.2 Conteúdo 929
 - 27.4.5.2.3 Suporte 929
 - 27.4.5.3 Documento e Instrumento 929
 - 27.4.5.4 Data do Documento 929
 - 27.4.5.5 Eficácia Probatória do Documento (arts. 405 a 429) 930
 - 27.4.5.5.1 Documentos Públicos 930
 - 27.4.5.5.1.1 Documento Público Viciado 930
 - 27.4.5.5.2 Documentos Particulares 931
 - 27.4.5.5.2.1 Eficácia dos Documentos Narrativos (Testemunhais) 931
 - 27.4.5.5.2.2 Eficácia Probatória dos Meios de Transmissão de Dados 932
 - 27.4.5.5.2.3 Eficácia Probatória das Cartas 932
 - 27.4.5.5.2.4 Eficácia Probatória dos Livros Empresariais e da Escrituração Contábil 932
 - 27.4.5.5.2.5 Eficácia Probatória dos Documentos Eletrônicos 933
 - 27.4.5.6 Originais, Cópias, Certidões e Translados 933
 - 27.4.5.7 Vícios do Documento 934
 - 27.4.5.8 Produção da Prova Documental 935
 - 27.4.5.8.1 Introdução 935
 - 27.4.5.8.2 Juntada Posterior de Documentos 936
 - 27.4.5.8.3 Contraditório 936
 - 27.4.5.9 Meios de Obtenção da Prova Documental 939
 - 27.4.5.9.1 Requisição de Documentos 939
 - 27.4.5.9.2 Exibição de Documento ou Coisa 940
 - 27.4.5.9.2.1 Exibição em face da Parte Adversária (arts. 396 a 400) 940
 - 27.4.5.9.2.2 Exibição em face de Terceiro Particular 943
- 27.4.6 Prova Testemunhal 945
 - 27.4.6.1 Introdução 945
 - 27.4.6.2 Cabimento da Prova Testemunhal 945
 - 27.4.6.3 Capacidade para Testemunhar 946
 - 27.4.6.4 Incapazes de Testemunhar 946
 - 27.4.6.4.1 Impedidos de Testemunhar 947
 - 27.4.6.4.2 Suspeitos de Testemunhar 947
 - 27.4.6.4.3 Direito ao silêncio 949
 - 27.4.6.5 Local e Tempo do Testemunho 949
 - 27.4.6.6 Procedimento 950
 - 27.4.6.6.1 Juntada do rol e Intimação 950
 - 27.4.6.6.2 Colheita do Depoimento 951
 - 27.4.6.6.3 Documentação 952
 - 27.4.6.6.4 Despesas 953
- 27.4.7 Prova Pericial 954
 - 27.4.7.1 Conceito 954
 - 27.4.7.2 Fontes 955
 - 27.4.7.3 Espécies de Perícia 956
 - 27.4.7.4 Hipóteses de Não Cabimento 956
 - 27.4.7.5 Procedimento 957
 - 27.4.7.5.1 Indicação de Perito 957
 - 27.4.7.5.2 Escusa e Recusa do Perito 958
 - 27.4.7.5.3 Prova Pericial Complexa 958
 - 27.4.7.5.4 Substituição do Perito 958
 - 27.4.7.5.5 Atos Preparatórios 959
 - 27.4.7.5.6 Intimação Prévia das Partes 960
 - 27.4.7.5.7 Apresentação do Laudo 960
 - 27.4.7.5.8 Prova Pericial e AIJ 961
 - 27.4.7.6 Segunda Perícia 962
 - 27.4.7.7 Livre Apreciação (Motivada) da Prova Pericial 962
- 27.4.8 Inspeção Judicial 963
 - 27.4.8.1 Conceito 963
 - 27.4.8.2 Momento 963

27.4.8.3	Fontes	963	28.5.2.1	Quanto à Uniformidade do Objeto de Cognição	1002
27.4.8.4	Classificação	963	28.5.2.2	Quanto à Hierarquia	1002
27.4.8.5	Local da Inspeção	964	28.5.2.3	Quanto à autonomia	1002
27.4.8.6	Conclusão	964	28.6	Publicação da Sentença e Invariabilidade	1002
27.5	Quadro-Resumo	965	28.7	Fatos Supervenientes	1003
28	FASE DECISÓRIA (SENTENÇA)	969	28.8	Efeitos da Sentença	1004
28.1	Introdução	969	28.9	Sentença Autossuficiente e Não Autossuficiente	1006
28.2	Classificações das Sentenças	969	28.10	Quadro-Resumo	1007
28.2.1	Classificação quanto ao Conteúdo	969	29	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1009
28.3.1.1	Sentença Condenatória	970	29.1	Introdução e Conceito	1009
28.3.1.2	Sentença Constitutiva	970	29.2	Natureza Jurídica	1010
28.3.1.3	Sentença Declaratória	971	29.3	Formas Procedimentais da Liquidação	1010
28.2.2	Classificação quanto à Resolução ou não do Mérito	973	29.3.1	Fase de Liquidação	1010
28.2.3	Sentença Determinativa	973	29.3.2	Processo de Liquidação	1011
28.2.4	Sentença Estrutural ou Estruturante	974	29.3.3	Liquidação Incidental	1011
28.3	Elementos da Sentença	978	29.4	Espécies de Liquidação	1011
28.3.1	Relatório	979	29.4.1	Liquidação por Cálculo	1011
28.3.2	Fundamentação	979	29.4.2	Liquidação por Arbitramento	1012
28.3.2.1	Introdução	979	29.4.3	Liquidação pelo Procedimento Comum	1013
28.3.2.2	Conteúdo da Fundamentação	981	29.5	Decisão que julga a liquidação: sentença ou decisão interlocutória?	1013
28.3.2.3	Vícios na Fundamentação	981	29.6	Questões Processuais	1014
28.3.2.4	Formas de Impugnação	990	29.6.1	Legitimidade	1014
28.3.2.5	Fundamentação e Coisa Julgada	990	29.6.2	Competência	1014
28.3.3	Dispositivo	991	29.6.3	Liquidação Provisória	1015
28.4	Princípio da Congruência	992	29.6.4	Princípio da Fidelidade do Título	1016
28.4.1	Congruência Interna	992	29.6.5	Liquidação com Dano Zero	1017
28.4.1.1	Certeza	992	29.6.6	Liquidação da Sentença e Capítulos da Decisão	1017
28.4.1.2	Liquidez	992	29.7	Quadro-Resumo	1018
28.4.1.3	Clareza e Coerência	993	30	COISA JULGADA	1019
28.4.2	Congruência Externa	993	30.1	História	1019
28.4.2.1	Sentença Extra Petita	994	30.1.1	Coisa Julgada como Presunção Absoluta de Verdade	1019
28.4.2.2	Sentença Ultra Petita	997			
28.4.2.3	Sentença Citra Petita (ou infra petita)	998			
28.5	Capítulos da Sentença	1000			
28.5.1	Aplicabilidade	1001			
28.5.2	Classificação	1002			

- 30.1.2 Coisa Julgada como Ficção de Verdade (Teoria da Representação) 1019
- 30.1.3 Coisa Julgada como Certeza Judicial 1020
- 30.1.4 Coisa Julgada como Eficácia da Sentença 1020
- 30.1.5 Coisa Julgada segundo Chiovenda 1020
- 30.1.6 Coisa Julgada segundo Carnelutti 1021
- 30.1.7 Coisa Julgada como Qualidade dos Efeitos da Sentença – Liebman 1021
- 30.1.8 Coisa julgada como Qualidade do Conteúdo, da Força da Sentença ou como Situação Jurídica – Barbosa Moreira 1023
- 30.1.9 Direito Brasileiro 1024
- 30.2 Fundamento Constitucional da Coisa Julgada e seus Pressupostos 1025
 - 30.2.1 Fundamento Constitucional 1025
 - 30.2.2 Pressupostos 1026
 - 30.2.2.1 1º pressuposto 1026
 - 30.2.2.2 2º pressuposto 1026
- 30.3 Coisa Julgada Formal e Material 1027
- 30.4 Função Negativa e Positiva da Coisa Julgada 1028
 - 30.4.1 Introdução 1028
 - 30.4.2 1ª dimensão/função 1029
 - 30.4.3 2ª dimensão/função 1030
- 30.5 Limites Subjetivos e Objetivos da Coisa Julgada 1030
 - 30.5.1 Introdução 1030
 - 30.5.2 Limites Subjetivos 1030
 - 30.5.2.1 1ª situação: Coisa julgada inter partes 1030
 - 30.5.2.2 2ª situação: Coisa julgada ultra partes 1032
 - 30.5.2.2.1 1ª hipótese: Substituídos 1032
 - 30.5.2.2.2 2ª hipótese: Sucessores 1034
 - 30.5.2.2.3 3ª hipótese: Legitimação Concorrente 1034
 - 30.5.2.2.4 4ª hipótese: Solidariedade (art. 274, CC) 1034
 - 30.5.2.2.5 5ª hipótese: Tutela Coletiva (art. 103, II, CDC) 1035
 - 30.5.2.3 3ª situação: Coisa julgada erga omnes 1035
- 30.6 Limites Objetivos 1036
 - 30.6.1 Introdução 1036
 - 30.6.2 Teoria Restritiva 1037
 - 30.6.3 Teoria Ampliativa ou Amplexiva 1038
 - 30.6.4 Direito Brasileiro 1039
 - 30.6.5 Questão Prejudicial 1039
 - 30.6.6 Art. 503, § 1º do CPC/15 1041
 - 30.6.6.1 1º requisito 1041
 - 30.6.6.2 2º requisito 1042
 - 30.6.6.3 3º requisito 1042
 - 30.6.6.4 4º requisito 1043
 - 30.6.6.5 5º requisito 1044
 - 30.6.7 Direito Intertemporal 1045
 - 30.6.8 Ação Declaratória Incidental 1046
- 30.7 Regime de Formação da Coisa Julgada 1046
 - 30.7.1 Pro et contra 1046
 - 30.7.2 Secundum eventum litis 1047
 - 30.7.3 Secundum eventum probationis 1047
- 30.8 Desconsideração da Coisa Julgada Material 1048
 - 30.8.1 Introdução 1048
 - 30.8.2 1ª hipótese 1048
 - 30.8.3 2ª hipótese 1048
 - 30.8.4 3ª hipótese 1051
 - 30.8.5 4ª hipótese 1051
 - 30.8.6 5ª hipótese 1051
 - 30.8.7 6ª hipótese 1053
 - 30.8.8 7ª hipótese 1057
 - 30.8.9 8ª hipótese 1058
 - 30.8.10 9ª hipótese 1059
 - 30.8.11 10ª hipótese 1059
- 30.9 Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada 1059
- 30.10 Quadro-Resumo 1061
- 31 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 1063**
 - 31.1 Introdução 1063

31.1.1	Comparação do CPC/73 com o CPC/15	1063
31.1.2	Procedimentos Especiais: Jurisdição Contenciosa e Voluntária	1064
31.1.3	Mudanças Relevantes	1065
31.1.4	Fundamento Principiológico dos Procedimentos Especiais	1065
31.2	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	1067
31.2.1	Consignação em Pagamento	1067
31.2.1.1	Consignação Extrajudicial	1068
31.2.1.2	Consignação Judicial	1069
31.2.1.2.1	Competência	1069
31.2.1.2.2	Legitimidade	1070
31.2.1.2.3	Procedimento	1071
31.2.2	Ação de Exigir Contas	1075
31.2.2.1	Introdução e Natureza Dúplice	1075
31.2.2.2	Competência	1076
31.2.2.3	Legitimidade	1076
31.2.2.4	Interesse de Agir	1077
31.2.2.5	Procedimento	1078
31.2.3	Ações Possessórias	1080
31.2.3.1	Introdução	1080
31.2.3.2	Competência	1083
31.2.3.3	Legitimidade	1084
31.2.3.4	Procedimento	1085
31.2.4	Ação de Divisão e Demarcação de Terras	1091
31.2.4.1	Disposições Gerais	1091
31.2.4.2	Ação de Demarcação	1092
31.2.4.2.1	Competência	1092
31.2.4.2.2	Legitimidade	1093
31.2.4.2.3	Procedimento da Ação de Demarcação	1093
31.2.4.3	Ação de Divisão	1094
31.2.4.3.1	Competência	1094
31.2.4.3.2	Legitimidade	1094
31.2.4.3.3	Procedimento da Ação de Divisão	1094
31.2.5	Ação de Dissolução Parcial da Sociedade	1096
31.2.5.1	Introdução	1096
31.2.5.2	Competência	1096
31.2.5.3	Legitimidade	1097
31.2.5.4	Procedimento	1097
31.2.6	Ação de Inventário e Partilha	1099
31.2.6.1	Introdução	1099
31.2.6.2	Competência	1100
31.2.6.3	Legitimidade	1101
31.2.6.4	Procedimento	1101
31.2.6.4.1	Inventário	1101
31.2.6.4.2	Partilha	1105
31.2.6.4.3	Arrolamento	1108
31.2.7	Embargos de Terceiro	1110
31.2.7.1	Introdução	1110
31.2.7.2	Legitimidade	1111
31.2.7.3	Competência	1115
31.2.7.4	Prazo	1115
31.2.7.5	Procedimento	1116
31.2.8	Oposição	1118
31.2.8.1	Introdução	1118
31.2.8.2	Procedimento	1119
31.2.9	Ação de Habilitação	1120
31.2.9.1	Finalidade	1120
31.2.9.2	Legitimidade	1121
31.2.9.3	Procedimento	1121
31.2.10	Ações de Família	1122
31.2.10.1	Introdução	1122
31.2.10.2	Cabimento	1124
31.2.10.3	Formas Consensuais de Conflito	1124
31.2.10.4	Procedimento	1124
31.2.11	Ação Monitória	1126
31.2.11.1	Introdução	1126
31.2.11.2	Natureza Jurídica	1127
31.2.11.3	Requisitos	1127
31.2.11.4	Legitimidade	1130
31.2.11.5	Procedimento	1131
31.2.12	Ação de Homologação de Penhor Legal	1134
31.2.12.1	Introdução	1134
31.2.12.2	Forma de Constituição	1135

- 31.2.12.3 Competência 1135
- 31.2.12.4 Legitimidade 1135
- 31.2.12.5 Procedimento 1135
- 31.2.13 Da Regulação de Avaria Grossa 1136
 - 31.2.13.1 Introdução 1136
 - 31.2.13.2 Procedimento 1137
- 31.2.14 Ação de Restauração de Autos 1138
 - 31.2.14.1 Competência 1138
 - 31.2.14.2 Legitimidade 1138
 - 31.2.14.3 Procedimento 1139
- 31.3 Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária 1140
 - 31.3.1 Disposições Gerais 1140
 - 31.3.1.1 Competência 1141
 - 31.3.1.2 Legitimidade 1141
 - 31.3.1.3 Procedimento 1141
 - 31.3.2 Da Notificação e da Interpelação 1144
 - 31.3.3 Da Alienação Judicial 1145
 - 31.3.4 Divórcio e Separação Consensuais; Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio 1146
 - 31.3.4.1 Introdução 1146
 - 31.3.4.2 Competência 1146
 - 31.3.4.3 Procedimento 1147
 - 31.3.4.4 Alteração do Regime de Casamento 1148
 - 31.3.4.5 Procedimento 1150
 - 31.3.5 Dos Testamentos e Dos Codicilos 1150
 - 31.3.5.1 Testamento Cerrado 1150
 - 31.3.5.2 Competência 1150
 - 31.3.5.3 Procedimento 1151
 - 31.3.5.4 Testamento Público 1151
 - 31.3.5.5 Testamento Particular 1151
 - 31.3.5.6 Codicilo 1152
 - 31.3.6 Herança Jacente 1152
 - 31.3.6.1 Introdução 1152
 - 31.3.6.2 Competência 1152
 - 31.3.6.3 Legitimidade 1152
 - 31.3.6.4 Procedimento 1152
 - 31.3.7 Bens dos Ausentes 1154
 - 31.3.8 Coisas Vagas 1155
 - 31.3.9 Da Interdição/Disposições Comuns à Tutela e à Curatela 1155
 - 31.3.10 Da Organização e Fiscalização das Fundações 1158
 - 31.3.11 Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo 1160
- 31.4 Quadro-Resumo 1162
- 32 FASE EXECUTIVA 1165**
 - 32.1 Introdução 1165
 - 32.2 Classificação das Tutelas de acordo com a Espécie de Crise 1168
 - 32.3 Classificações da Execução 1168
 - 32.3.1 Quanto à origem do título 1168
 - 32.3.1.1 Títulos judiciais (art. 515, CPC) – TEJ 1168
 - 32.3.1.2 Títulos extrajudiciais (art. 784, CPC) – TEE 1168
 - 32.3.2 Quanto à Autonomia da Execução 1168
 - 32.3.3 Quanto à Natureza da Obrigação apresentada em juízo 1170
 - 32.3.4 Quanto à Estabilidade do Título 1171
 - 32.3.5 Quanto à Forma de Efetivação 1171
 - 32.4 Princípios 1172
 - 32.4.1 Princípio da Nulla Executio Sine Titulo 1172
 - 32.4.2 Princípio da Nulla Titulus Sine Lege 1172
 - 32.4.3 Princípio da Patrimonialidade 1173
 - 32.4.4 Princípio do Desfecho Único 1173
 - 32.4.5 Princípio da Disponibilidade da Execução 1174
 - 32.4.6 Princípio da Utilidade 1175
 - 32.4.7 Princípio da Máxima Efetividade e da Menor Onerosidade 1175
 - 32.4.8 Princípio da Lealdade Processual 1176
 - 32.4.9 Princípio do Contraditório 1178
 - 32.4.10 Princípio da Atipicidade dos Meios Executivos 1179

32.4.11 Princípio da Responsabilidade Objetiva	1179	33.5.9 Inciso IX	1201
32.5 Legitimidade	1179	33.5.10 Inciso X	1201
32.5.1 – Introdução	1179	33.5.11 Inciso XI	1202
32.5.2 – Legitimidade Ativa	1179	33.5.12 Inciso XI-A	1203
32.5.3 – Legitimidade Passiva	1181	33.5.13 Inciso XII	1203
32.5.4 Intervenção de Terceiros na Execução	1183	33.6 Quadro-Resumo	1204
32.5.4.1 Intervenções Típicas	1183	34 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1207
32.5.4.2 – Intervenções Atípicas	1184	34.1 Introdução	1207
32.6 Competência	1184	34.2 Hipóteses de Responsabilidade (art. 790)	1208
32.6.1 Competência no cumprimento de sentença (TEJ)	1184	34.2.1 Inciso I	1209
32.6.2 Competência no Processo de Execução (TEE)	1187	34.2.2 Inciso II	1211
32.7 Quadro-Resumo	1188	34.2.3 Inciso III	1212
33 TÍTULO EXECUTIVO	1191	34.2.4 Inciso IV	1212
33.1 Introdução	1191	34.2.5 Inciso V	1217
33.2 Natureza Jurídica	1191	34.2.6 Inciso VI	1217
33.3 Requisitos Formais da Obrigação Exequenda	1191	34.2.7 Inciso VII	1217
33.4 Títulos Executivos Judiciais	1192	34.3 Outras Responsabilidades (fiador, espólio/herdeiros, incapaz)	1218
33.4.1 Inciso I	1192	34.3.1 Responsabilidade do Fiador	1218
33.4.2 Inciso II	1194	34.3.2 Responsabilidade do Espólio/Herdeiro	1219
33.4.3 Inciso III	1194	34.3.3 Responsabilidade do Incapaz	1219
33.4.4 Inciso IV	1195	34.3.4 Responsabilidade nos casos de Superfície, Enfiteuse, Concessão de Direito Real de Uso e Direito de Laje	1220
33.4.5 Inciso V	1195	34.4 Fraudes do Devedor	1221
33.4.6 Inciso VI	1196	34.4.1 Fraude contra Credores	1222
33.4.7 Inciso VII	1197	34.4.2 Fraude à Execução	1224
33.4.8 Incisos VIII e IX	1198	34.4.2.1 1ª Hipótese de Fraude à Execução	1225
33.5 Títulos Executivos Extrajudiciais	1198	34.4.2.2 2ª Hipótese de Fraude à Execução	1227
33.5.1 Inciso I	1199	34.4.2.3 3ª Hipótese de Fraude à Execução	1229
33.5.2 Inciso II	1199	34.4.2.4 4ª Hipótese de Fraude à Execução	1229
33.5.3 Inciso III	1200	34.4.2.5 5ª Hipótese de Fraude à Execução	1229
33.5.4 Inciso IV	1200	34.5 Hipóteses de Impenhorabilidade	1230
33.5.5 Inciso V	1200		
33.5.6 Inciso VI	1200		
33.5.7 Inciso VII	1201		
33.5.8 Inciso VIII	1201		

- 34.5.1 Art. 833, CPC 1230
- 34.5.2 Lei n. 8.009/90 (Bem de Família) 1240
 - 34.5.2.1 Exceções à Impenhorabilidade 1243
- 34.5 Quadro-Resumo 1246

35 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 1249

- 35.1 Introdução 1249
- 35.2 Cumprimento Provisório de Sentença 1250
 - 35.2.1 Introdução 1250
 - 35.2.2 Nomenclatura 1250
 - 35.2.3 Procedimento 1250
 - 35.2.4 Requerimento 1250
 - 35.2.5 Retorno ao Status Quo Ante e Responsabilidade Objetiva 1251
 - 35.2.6 Caução na Execução Provisória 1252
 - 35.2.6.1 Natureza Jurídica da Caução 1252
 - 35.2.6.2 Requisitos Formais 1252
 - 35.2.6.3 Atuação de Ofício 1253
 - 35.2.6.4 Dispensa da Caução 1253
 - 35.2.6.4.1 Inciso I 1253
 - 35.2.6.4.2 Inciso II 1253
 - 35.2.6.4.3 Incisos III e IV 1253
 - 35.2.7 Cabimento da Multa pelo Não Pagamento 1254
 - 35.2.8 Honorários Advocatícios 1255
- 35.3 Cumprimento Definitivo de Sentença 1256
 - 35.3.1 Cumprimento de Sentença de Obrigação de Pagar Quantia Certa 1257
 - 35.3.1.1 Introdução 1257
 - 35.3.1.2 Iniciativa 1257
 - 35.3.1.3 Requerimento Inicial 1258
 - 35.3.1.4 Excesso dos Cálculos 1259
 - 35.3.1.5 Intimação do Executado 1259
 - 35.3.1.6 Cumprimento da Obrigação 1260
 - 35.3.1.6.1 Honorários Advocatícios 1262
 - 35.3.1.6.2 Multa de 10% 1263
 - 35.3.1.6.3 Expedição de Mandado de Penhora e Avaliação 1264
 - 35.3.1.6.4 Termo Inicial da Contagem do Prazo para Impugnação 1264

- 35.3.1.7 Meios Coercitivos Disponíveis 1265

- 35.3.1.7.1 Protesto Extrajudicial da Sentença 1265

- 35.3.1.7.2 Inserção em Cadastro de Inadimplentes 1266

- 35.3.2 Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer e Não Fazer 1268

- 35.3.2.1 Introdução 1268

- 35.3.2.2 Alcance dos art. 497 a 499 e 536, CPC 1269

- 35.3.2.3 Conversão em Perdas e Danos 1270

- 35.3.2.4 Procedimento 1273

- 35.3.2.5 Atipicidade das Formas Executivas 1274

- 35.3.2.6 Multa Coercitiva 1275

- 35.3.2.6.1 Introdução 1275

- 35.3.2.6.2 Critérios para a Fixação e Alteração 1278

- 35.3.2.6.3 Alteração Posterior do Valor e da Periodicidade 1279

- 35.3.2.6.4 Revisão do Montante Acumulado 1280

- 35.3.2.6.5 Contra Quem a Multa é Aplicada 1281

- 35.3.2.6.6 Questões Interessantes 1282

- 35.3.2.6.7 Execução da Multa 1283

- 35.3.3 Cumprimento de Sentença de Obrigação de Entregar Coisa 1284

- 35.3.3.1 Introdução 1284

- 35.3.3.2 Alcance dos art. 498 a 499, 536 a 538, CPC 1285

- 35.3.3.3 Procedimento 1285

- 35.4 Quadro-Resumo 1286

36 PROCESSO DE EXECUÇÃO 1289

- 36.1 Introdução 1289

- 36.2 Requisitos da Petição inicial do Processo de Execução 1289

- 36.3 Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer 1291

- 36.3.1 Introdução 1291

- 36.3.2 Procedimento 1291

36.4	Execução de Obrigação de Entregar Coisa	1295	36.4.3.2.8.6	Penhora de quotas sociais ou ações	1324
36.4.1	Introdução	1295	36.5.3.3	Avaliação	1325
36.4.2	Procedimento	1296	36.5.3.4	Expropriação	1327
36.4.2.1	Procedimento para Entrega de Coisa Certa	1296	36.5.3.4.1	Adjudicação	1327
36.4.2.2	Procedimento para Entrega de Coisa Incerta	1297	36.5.3.4.1.1	Momento	1327
36.4.2.3	Indenização de Benfeitorias	1298	36.5.3.4.1.2	Procedimento	1327
36.5	Execução de Obrigação de Pagar Quantia Certa	1299	36.5.3.4.1.3	Legitimidade para Adjudicar	1329
36.5.1	Introdução	1299	36.5.3.4.1.4	Concorrência entre Adjudicatários	1329
36.5.2	Fase de Cumprimento Voluntário	1299	36.5.3.4.2	Alienação	1330
36.5.3	Fase de Execução Forçada	1305	36.5.3.4.2.1	Alienação por Iniciativa Particular	1330
36.5.3.1	Introdução	1305	36.5.3.4.2.2	Alienação por Leilão Judicial	1331
36.5.3.2	Penhora	1305	36.5.3.4.3	Apropriação de frutos e rendimento de empresa, estabelecimentos ou outros bens	1338
36.4.3.2.1	Natureza Jurídica	1306	36.5.3.5	Entrega de Dinheiro ao Credor	1340
36.4.3.2.2	Efeitos	1306	36.5.3.5.1	Direito de Preferência	1341
36.4.3.2.3	Objeto da Penhora	1307	36.6	Quadro-Resumo	1344
36.4.3.2.4	Ordem Preferencial de Bens	1308	37	EXECUÇÕES ESPECIAIS	1347
36.4.3.2.5	Lugar e Tempo da Penhora	1310	37.1	Execução de Prestação Alimentícia	1347
36.4.3.2.6	Apreensão, Auto e Termo de Penhora, Depósito e Intimação	1311	37.1.1	Introdução	1347
36.4.3.2.7	Da Modificação da Penhora	1315	37.1.2	Forma Executiva	1348
36.4.3.2.8	Penhoras Especiais	1316	37.1.3	Procedimento	1349
36.4.3.2.8.1	Penhora on line de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	1316	37.1.3.1	1ª opção	1350
36.4.3.2.8.2	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais (arts. 855 a 860)	1320	37.1.3.2	2ª opção	1357
36.4.3.2.8.3	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel	1322	37.2	Execução contra a Fazenda Pública	1359
36.4.3.2.8.4	Penhora da empresa e outros estabelecimentos	1322	37.2.1	Introdução	1359
36.4.3.2.8.5	Penhora de percentual do faturamento	1323	37.2.2	Forma Executiva	1361
			37.2.2.1	Cumprimento de Sentença	1361
			37.2.2.2	Processo Autônomo de Execução	1365
			37.2.3	Regime dos Precatórios	1366
			37.3	Quadro-Resumo	1383
			38	DEFESAS DO EXECUTADO	1385
			38.1	Introdução	1385

- 38.2 Impugnação ao Cumprimento de Sentença** 1385
- 38.2.1 Natureza Jurídica** 1386
 - 38.2.2 Matérias Alegáveis em Impugnação** 1387
 - 38.2.3 Procedimento** 1390
- 38.3 Embargos à Execução** 1392
- 38.3.1 Natureza jurídica** 1392
 - 38.3.2 Garantia do Juízo** 1393
 - 38.3.3 Prazo** 1393
 - 38.3.4 Competência** 1394
 - 38.3.5 Rejeição Liminar dos Embargos** 1394
 - 38.3.6 Efeito Suspensivo** 1395
 - 38.3.6.1 Limitação Objetiva e Subjetiva do Efeito Suspensivo** 1396
 - 38.3.7 Procedimento** 1397
 - 38.3.8 Matérias Passíveis de Alegação nos Embargos** 1398
- 38.4 "Exceção" de "Pré"-Executividade** 1402
- 38.4.1 Introdução** 1402
 - 38.4.2 Requisitos** 1403
 - 38.4.3 Procedimento** 1404
 - 38.4.4 Visão Prospectiva para a Exceção de Pré-Executividade** 1405
- 38.5 Quadro-Resumo** 1405
- 39 SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO** 1407
- 39.1 Suspensão da Execução** 1407
- 39.1.1 Art. 921, I** 1407
 - 39.1.2 Art. 921, II** 1408
 - 39.1.3 Art. 921, III** 1408
 - 39.1.4 Art. 921, IV** 1411
 - 39.1.5 Art. 921, V** 1412
- 39.2 Extinção da Execução** 1412
- 39.3 Quadro-Resumo** 1412
- 40 PRECEDENTES E O CPC/15** 1413
- 40.1 Fontes do Direito e o CPC/15** 1413
- 40.2 Estabilidade, Integridade e Coerência** 1415
- 40.3 É possível Falar em Commonlawlização do Direito Brasileiro?** 1418
- 40.4 Decisão, Precedente e Jurisprudência** 1420
- 40.5 Ratio Decidendi e Obiter Dictum** 1421
- 40.6 Efeitos dos Precedentes** 1422
- 40.6.1 Precedente com Eficácia Vinculante/Obrigatória** 1422
 - 40.6.1.1 Inciso I** 1424
 - 40.6.1.2 Incisos II e IV** 1425
 - 40.6.1.3 Inciso III** 1426
 - 40.6.1.4 Inciso V** 1427
 - 40.6.2 Precedente com Eficácia Persuasiva** 1429
 - 40.6.3 Precedente com Eficácia Obstativa da Revisão de Decisões** 1429
 - 40.6.4 Precedente com Eficácia Autorizante** 1429
 - 40.6.5 Precedente com Eficácia Rescindente ou Deseficazante** 1429
 - 40.6.6 Precedente que Permite Revisão da Coisa Julgada** 1430
- 40.7 Técnicas para Não Seguir o Precedente** 1430
- 40.7.1 Distinguishing** 1430
 - 40.7.2 Overruling** 1431
 - 40.7.2.1 Motivos para o Overruling** 1432
 - 40.7.2.2 Eficácia Temporal da Superação do Precedente** 1434
 - 40.7.2.3 Técnicas de Proteção da Segurança Jurídica na Alteração de Precedentes** 1435
 - 40.7.3 Superação Parcial (Overriding)** 1437
- 40.8 Quadro-Resumo** 1438
- 41 ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS** 1441
- 41.1 Introdução** 1441
- 41.2 Protocolo, Registro e Distribuição** 1441
- 41.3 Procedimento** 1443
- 41.3.1 Relatório e Colocação em Pauta** 1443
 - 41.3.2 Ordem de Julgamento e Sustentação Oral** 1444
 - 41.3.3 Pedido de Vista** 1446

41.3.4	Votação	1447	42.6.1	Instauração do IRDR	1467
41.3.4.1	Voto Médio	1447	42.6.2	Condutas do Relator e das Partes, Interessados e MP	1469
41.3.4.2	Voto Concorrente	1448	42.6.3	Julgamento	1475
41.3.4.3	Técnica de Ampliação do Colegiado	1449	42.6.4	Meios de Impugnação	1477
41.3.4.3.1	1ª diferença	1449	42.7	Revisão da Tese do IRDR	1478
41.3.4.3.2	2ª diferença	1452	42.8	Quadro-Resumo	1479
41.3.5	Acórdão e Ementa	1453	43 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1481	
41.3.5.1	Introdução	1453	43.1	Introdução	1481
41.3.5.2	Ementa	1455	43.2	Requisitos	1482
41.3.5.3	Lavratura do Acórdão e Publicação	1455	43.3	Legitimados	1486
41.3.5.4	Requisitos Formais	1455	43.4	Competência	1486
41.4	Relator	1456	43.5	Procedimento	1486
41.4.1	Poderes Ordinatórios	1457	43.6	Meios de Impugnação	1488
41.4.1.1	Dever Geral de Correção dos Defeitos	1457	43.7	Quadro-Resumo	1489
41.4.2	Poder Instrutório	1457	44 INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1491	
41.4.3	Poderes Decisórios	1457	44.1	Introdução	1491
41.4.3.1	Homologar Autocomposição	1457	44.2	Legitimidade	1491
41.4.3.2	Decidir Pleito de Tutela Provisória	1458	44.3	Procedimento	1491
41.4.3.3	Decidir Requerimento de Concessão/Revogação de Gratuidade de Justiça	1458	44.4	Quadro-Resumo	1494
41.4.3.4	Juízo de Admissibilidade dos Recursos	1458	45 HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA	1497	
41.4.3.5	Dever Geral de Prevenção	1458	45.1	Introdução e Natureza	1497
41.4.3.6	Proceder ao Juízo de Mérito dos Recursos	1459	45.2	Competência	1497
41.4.3.7	Proibição de Decisão Surpresa	1460	45.3	Questões Prévias	1497
41.5	Quadro-Resumo	1460	45.4	Procedimento	1499
42 INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	1463		45.5	Quadro-Resumo	1504
42.1	Introdução	1463	46 AÇÃO RESCISÓRIA	1505	
42.2	Origem	1464	46.1	Introdução e Conceito	1505
42.3	Requisitos para Instauração do IRDR	1465	46.2	Requisitos	1505
42.4	Legitimados Ativos	1466	46.3	Decisão Judicial Rescindível	1506
42.5	Competência	1467	46.3.1	1º ponto	1506
42.6	Procedimento	1467	46.3.2	2º ponto	1507

- 46.3.3 Questões Interessantes 1508
 - 46.3.3.1 Decisões Rescindíveis 1508
 - 46.3.3.2 Decisões Não Rescindíveis 1509

46.4 Hipóteses de Cabimento 1513

- 46.4.1 Inciso I 1513
- 46.4.2 Inciso II 1514
- 46.4.3 Inciso III 1515
- 46.4.4 Inciso IV 1517
- 46.4.5 Inciso V 1518
- 46.4.6 Inciso VI 1521
- 46.4.7 Inciso VII 1521
- 46.4.8 Inciso VIII 1522

46.5 Legitimidade 1523

46.6 Competência 1526

46.7 Prazo 1528

46.8 Procedimento 1531

46.9 Julgamento 1534

46.10 Quadro-Resumo 1535

47 RECLAMAÇÃO 1537

47.1 Introdução 1537

47.2 Natureza Jurídica 1537

47.3 Competência 1539

47.4 Hipóteses de Cabimento 1539

- 47.4.1 1ª hipótese: Preservação da competência do tribunal 1539
- 47.4.2 2ª hipótese: Garantir a autoridade das decisões do tribunal 1541
- 47.4.3 3ª hipótese: Art. 103-A, § 3º, CRFB e Art. Art. 7º, caput, Lei n. 11.417/06 1542
- 47.4.4 4ª hipótese: Art. 988, IV 1545
- 47.4.5 5ª hipótese: Art. 988, § 5º, II 1546
- 47.4.6 6ª hipótese: Reclamação nos Juizados 1547

47.5 Legitimidade 1549

47.6 Prazo 1549

47.7 Procedimento 1549

47.8 Julgamento 1551

47.9 Quadro-Resumo 1552

48 IMPUGNAÇÕES ÀS DECISÕES JUDICIAIS 1553

48.1 Introdução 1553

48.2 Ação Autônoma de Impugnação 1553

48.2.1 MS contra ato judicial 1553

48.3 Sucedâneos Recursais 1555

48.3.1 Remessa Necessária 1555

48.3.1.1 Introdução 1555

48.3.1.2 Conceito 1556

48.3.1.3 Hipóteses 1557

48.3.1.4 Procedimento 1559

48.3.1.5 Dispensa do Reexame Necessário 1559

48.3.2 Correção Parcial 1561

48.3.3 Pedido de Reconsideração 1562

48.3.4 Suspensão de Liminar, Sentença, Acórdão 1562

48.3.4.1 Conceito e Natureza Jurídica 1562

48.3.4.2 Legitimidade 1564

48.3.4.3 Competência 1564

48.3.4.4 Procedimento 1566

48.4 Quadro-Resumo 1568

49 TEORIA GERAL DOS RECURSOS 1571

49.1 Características 1571

49.1.1 Voluntariedade 1571

49.1.2 Expressa previsão em lei federal 1571

49.1.3 Mesmo processo 1572

49.1.4 Manejável pelas partes, terceiros prejudicados e Ministério Público 1572

49.1.5 Com o objetivo de reformar, anular, integrar ou esclarecer a decisão judicial 1572

49.1.5.1 Introdução 1572

49.1.5.2 Reformar 1572

49.1.5.3 Invalidar 1573

49.1.5.4 Esclarecer 1573

49.1.5.5 Integrar 1573

49.1.5.6 Decisão judicial 1573

- 49.2 Princípios 1577
 - 49.2.1 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição 1577
 - 49.2.2 Princípio da Taxatividade 1578
 - 49.2.3 Princípio da Singularidade (Unirrecorribilidade) 1579
 - 49.2.4 Princípio da Voluntariedade 1580
 - 49.2.5 Princípio da Dialeticidade 1580
 - 49.2.6 Princípio da Fungibilidade 1581
 - 49.2.7 Princípio da Proibição da Reforma-tio in Pejus 1583
 - 49.2.8 Princípio da Complementaridade 1584
 - 49.2.9 Consumação 1585
 - 49.2.10 Primazia do Julgamento do Mérito Recursal 1585
 - 49.2.10.1 1º ponto 1585
 - 49.2.10.2 2º ponto 1586
 - 49.2.10.3 3º ponto 1586
 - 49.2.10.4 4º ponto 1586
- 49.3 Classificações dos Recursos 1586
 - 49.3.1 Quanto ao Objeto Imediato 1586
 - 49.3.2 Quanto à Fundamentação (Causa de Pedir) 1586
 - 49.3.3 Quanto à Extensão da Matéria 1587
 - 49.3.4 Quanto à Autonomia 1587
 - 49.3.4.1 Recurso Adesivo (art. 997) 1587
 - 49.3.4.1.1 Natureza Jurídica 1587
 - 49.3.4.1.2 Requisitos 1588
 - 49.3.4.1.3 Hipóteses de Cabimento 1588
 - 49.3.4.1.4 Legitimidade 1589
 - 49.3.4.1.5 Procedimento 1589
 - 49.3.4.1.6 Julgamento 1589
- 49.4 Efeitos 1589
 - 49.4.1 Efeito Obstativo 1589
 - 49.4.2 Efeito Devolutivo (extensão e profundidade – efeito translativo) 1590
 - 49.4.2.1 Teoria da Causa madura 1593
 - 49.4.3 Efeito Suspensivo 1594
 - 49.4.4 Efeito Expansivo 1596
 - 49.4.5 Efeito Substitutivo 1597
 - 49.4.6 Efeito Regressivo 1598
 - 49.4.7 Efeito Diferido 1599
- 49.5 Juízos de Admissibilidade e de Mérito 1599
 - 49.5.1 Introdução 1599
 - 49.5.2 Regras Gerais sobre Juízo de Admissibilidade 1599
 - 49.5.2.1 Norma Cogente 1599
 - 49.5.2.2 Competência 1600
 - 49.5.2.3 Revogação 1600
 - 49.5.2.4 Pendências 1600
 - 49.5.2.5 Juízo de Admissibilidade e Fundamentação 1601
 - 49.5.2.6 Natureza Jurídica 1601
 - 49.5.2.7 Classificações 1602
 - 49.5.3 Requisitos Intrínsecos 1602
 - 49.5.3.1 Cabimento 1602
 - 49.5.3.2 Legitimidade Recursal 1602
 - 49.5.3.2.1 Partes 1602
 - 49.5.3.2.2 Terceiro Prejudicado 1604
 - 49.5.3.2.3 Ministério Público 1604
 - 49.5.3.3 Interesse Recursal 1605
 - 49.5.3.4 Inexistência de fatos impeditivos/extintivos 1609
 - 49.5.3.4.1 Fatos Impeditivos 1609
 - 49.5.3.4.1.1 Desistência da Ação 1609
 - 49.5.3.4.1.2 Reconhecimento do Pedido e Renúncia ao Direito em que se funda a Ação 1609
 - 49.5.3.4.1.3 Desistência do Recurso 1610
 - 49.5.3.4.2 Fatos Extintivos 1612
 - 49.5.3.4.2.1 Renúncia 1612
 - 49.5.3.4.2.2 Aquiescência 1614
 - 49.5.4 Requisitos Extrínsecos 1614
 - 49.5.4.1 Tempestividade 1615
 - 49.5.4.2 Regularidade Formal 1623
 - 49.5.4.3 Preparo 1625
 - 49.5.5 Juízo de Mérito 1628
 - 49.5.5.1 Reformar 1628
 - 49.5.5.2 Invalidar 1628
 - 49.5.5.3 Esclarecer 1629
 - 49.5.5.4 Integrar 1629

49.6 Quadro-Resumo 1629**50 RECURSOS EM ESPÉCIE 1633****50.1 Introdução 1633****50.2 Apelação 1633****50.2.1 Noções Gerais 1633****50.2.2 Procedimento 1635****50.2.3 Novas Questões de Fato 1638****50.3 Agravo de Instrumento 1639****50.3.1 Introdução 1639****50.3.2 Rol do art. 1.015, CPC 1642****50.3.2.1 Inciso I 1642****50.3.2.2 Inciso II 1643****50.3.2.3 Inciso III 1644****50.3.2.4 Inciso IV 1645****50.3.2.5 Inciso V 1646****50.3.2.6 Inciso VI 1647****50.3.2.7 Inciso VII 1647****50.3.2.8 Inciso VIII 1647****50.3.2.9 Inciso IX 1648****50.3.2.10 Inciso X 1649****50.3.2.11 Inciso XI 1649****50.3.2.12 Inciso XIII 1650****50.3.2.13 Art. 1.015, parágrafo único 1650****50.3.3 Procedimento 1652****50.4 Agravo Interno 1656****50.4.1 Cabimento 1656****50.4.2 Prazo 1658****50.4.3 Procedimento 1659****50.5 Embargos de Declaração 1662****50.5.1 Natureza Jurídica 1662****50.5.2 Cabimento 1662****50.5.2.1 Introdução 1662****50.5.2.2 Obscuridade 1663****50.5.2.3 Contradição 1663****50.5.2.4 Omissão 1663****50.5.2.5 Erro Material 1665****50.5.3 Procedimento 1665****50.5.4 Efeito Interruptivo 1667****50.5.5 Efeito Modificativo 1668****50.5.6 Embargos Protelatórios 1669****50.5.7 Natureza da Decisão dos****Embargos 1670****50.5.8 Embargos de Declaração e****Prequestionamento 1670****50.6 Recurso Ordinário 1671****50.6.1 Introdução 1671****50.6.2 Cabimento 1672****50.7 Recurso Extraordinário e Recurso****Especial 1674****50.7.1 Introdução 1674****50.7.2 Recurso Especial 1674****50.7.2.1 Hipóteses de Cabimento 1674****50.7.2.1.1 Pressupostos Cumulativos 1674****50.7.2.1.2 Pressupostos Alternativos 1681****50.7.3 Recurso Extraordinário 1685****50.7.3.1 Hipóteses de Cabimento 1685****50.7.3.1.1 Pressupostos Cumulativos 1685****50.7.3.1.2 Pressupostos Alternativos 1690****50.7.4 Aspectos Procedimentais Comuns****ao RE e REsp 1693****50.7.4.1 Prazo 1693****50.7.4.2 Juízo de Admissibilidade 1695****50.7.4.3 Efeitos 1696****50.7.4.4 Efeito Suspensivo 1697****50.7.4.5 Julgamento por Amostragem 1697****50.8 Agravo em Recurso Extraordinário ou****Especial 1704****50.8.1 Cabimento 1704****50.8.2 Procedimento 1706****50.8.3 Julgamento 1707****50.9 Embargos de Divergência 1708****50.9.1 Cabimento 1708****50.9.2 Procedimento 1711****50.10 Quadro-Resumo 1712****BIBLIOGRAFIA 1719**